

JOAQUIM FIRMINO



A urgente demarcação das terras indígenas é uma das principais bandeiras defendidas pelas lideranças

Estatuto do Índio reúne 330 líderes em Brasília

Cerca de 330 lideranças indígenas de todo o País estão reunidas desde ontem, em Brasília, discutindo a formulação de uma nova proposta para o Estatuto do Índio, em tramitação no Congresso Nacional a partir de versões preparadas pela Funai, pelo Cimi e pelo Núcleo de Direitos Indígenas (NDI). De acordo com Sabá Manchinery, um dos organizadores do evento e também um dos integrantes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), algumas das propostas já existentes se aproximam dos interesses dos índios, entretanto, muitos avanços precisam ser promovidos.

Entre estes avanços estaria o detalhamento dos itens ligados à demarcação das terras indígenas, da exploração de minérios e das garantias dos direitos das populações. Além do Estatuto, as lideranças reunidas no Centro de

Treinamento Educacional da CNTI, na estrada Brasília — Luziânia, querem definir uma posição diante da Rio-92. Eles não se sentem representados pela Kari-Oca que está sendo montada no Rio pelo Comitê Intertribal. "Aquilo é uma farsa, um desperdício", ressaltou Sabá Manchinery, para quem o momento é o de acabar com a imagem de que o índio é parte do folclore brasileiro.

A importância do momento para a mobilização nacional em torno do fim da tutela e de uma nova consciência das populações indígenas foi defendido também pelo líder Baré, Orlando Baré, integrante da Coiab que abriu a Conferência Nacional dos Povos e Lideranças, na manhã de ontem. "Esta é a primeira vez que as verdadeiras lideranças de todo o País se reúnem num grande fórum para defender os seus direi-

tos", disse Orlando. Durante os seis dias de Conferência, os líderes — inclusive vários caciques — tratarão também da representação nacional do movimento, embora de forma provisória.

Programação — A Conferência Nacional das Lideranças Indígenas permanece instalada na CNTI até o dia 29. Hoje, elas discutem, em nove comissões, o Estatuto do Índio e a Rio-92, amanhã preparam as propostas e no dia 28 formulam o texto final. No dia 29 discutem e votam a representatividade nacional e os rumos do movimento para o próximo biênio. Reunidos eles realizam no Congresso Nacional, no dia 30, encontro com a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e a Comissão Especial do Estatuto do Índio, na sala Nereu Ramos, na Câmara, a partir de 9h.

Deputada pede atenção à causa

A deputada Teresa Jucá (foto), do PDS/RR, relatora da Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de elaborar o novo Estatuto do Índio, destacou esta semana, durante a sessão em homenagem ao Dia do Índio, a necessidade de atenção e respeito para a causa indígena.



Em seu pronunciamento, a parlamentar roraimense assinalou o desejo de "que o novo Estatuto das Sociedades Indígenas tenha o apoio de todos na sua elaboração, sugestão e, sobretudo, aprovação e aplicação com atenção, bom senso, equilíbrio e trabalho".

Teresa Jucá lembrou, ainda, a necessidade de um novo tempo e um novo caminho no resgate da questão indígena. "Como relatora, parlamentar da Região Amazônica e, principalmente como cidadã, acredito que podemos construir com dignidade o futuro dos povos indígenas no nosso País", disse.

Demarcação — Segundo a de-

putada, "devemos lutar para a garantia da demarcação das terras e o respeito à cultura e que sejamos os pilares fundamentais da nova legislação que, materializada na definição política e na decisão soberana a ser tomada pelo Congresso, representa os anseios e esperanças de uma sociedade ávida por justiça".

Na avaliação de Teresa Jucá, as condições de vida das comunidades indígenas precisam ser melhoradas emergencialmente e a educação e a saúde dos índios devem ser retomadas com extrema urgência nas aldeias País.

A parlamentar acentuou, ainda, que a atividade produtiva, auto-sustentada e em consonância com a preservação do meio ambiente, "deve ser ação apoiada fortemente, como forma de resgatar a pobreza em que vivem hoje centenas de comunidades espalhadas por todo o nosso território".

Teresa Jucá propôs, esta semana, ao presidente da comissão, deputado Domingos Juvenil (PMDB-PA), a criação de um comitê pluriétnico, formado por índios de diversos grupos, para que acompanhem a elaboração do novo estatuto.

IEF treinará seguranças

Rio — O Instituto Estadual de Florestas (IEF) vai promover amanhã e terça-feira um curso de treinamento para o pessoal envolvido no esquema de segurança da aldeia Kari-Oca, onde será realizada a Conferência Indígena paralela à Rio-92. O objetivo do curso é reforçar a integração dos profissionais envolvidos na construção do aldeamento e na organização do encontro indígena, evitando a interferência de setores estranhos ao evento. Serão enfocados ainda os cuidados com a natureza e com o Parque Estadual de Pedra Branca, em Jacarepaguá, administrado pelo IEF e que serve de cenário para a aldeia Kari-oca.

As aulas serão ministradas no auditório da colônia Juliano Moreira, que ocupa o mesmo terreno onde os índios estão construindo o aldeamento. As palestras estarão a cargo de profissionais do Batalhão Florestal da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Fundação Oswaldo Cruz, IEF e de integrantes do próprio Comitê Intertribal 500 Anos de Resistência, organizador da Conferência Indígena.